



Garrido de Paula
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO PRESIDENTE DO
EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS
PROFISSÕES LIBERAIS – CNPL**, entidade sindical de grau superior, coordenadora dos interesses das profissões liberais em todo o território nacional, reconhecida pelo Decreto nº 35.575, de 27 de maio de 1954, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.587.155/0001-25, com sede no SCS – Q.2 – Bl. D – Ed. Oscar Niemeyer – 9º andar – Brasília – DF – Cep 70316-900, por seu advogado (instrumento de mandato anexo), vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 103, IX, da Constituição Federal, para ajuizar **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, COM PEDIDO DE LIMINAR**, em face da **EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTA DA REPÚBLICA** e da **UNIÃO FEDERAL**, pelas seguintes razões de fato e de direito:



I - DA PROPOSITURA DA AÇÃO NO PRESENTE MOMENTO.

Inicialmente, a Autora esclarece que ingressa com a presente ação neste momento de recesso judiciário, porquanto a norma ora impugnada somente foi publicada em data de 07 de julho de 2015, ou seja, após o início das férias coletivas dos Eminentes Ministros. Não havendo, pois, como ajuizá-la antes do recesso, a alternativa ficou consubstanciada em seu endereçamento ao plantão judiciário.

II - DO DISPOSITIVO DE LEI IMPUGNADO.

Pela presente Ação Direta de Inconstitucionalidade a Autora impugna o § 1º, do art. 3º, da Medida Provisória nº 680, de 06 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 – pág. 11 (integral teor em anexo), dispositivo legal que, no ponto ora impugnado, tem o seguinte teor:

“Art. 3º - As empresas que aderirem ao PPE poderão reduzir, temporariamente, em até trinta por cento, a jornada de trabalho de seus empregados, com a redução proporcional do salário.

§ 1º - A redução que trata o caput está condicionada à celebração de acordo coletivo de trabalho específico com o sindicato de trabalhadores representativo da categoria da atividade econômica preponderante, conforme disposto em ato do Poder Executivo.” (grifo nosso).

III - DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA.

A autora se inscreve no art. 103, IX, da Constituição Federal como entidade com legitimidade a ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade em defesa dos profissionais liberais.

O pressuposto da pertinência temática, como condição de legitimidade ativa das Confederações sindicais nas ações direta de inconstitucionalidade, mediante a demonstração do vínculo de interesse entre as finalidades estatutárias e institucionais do organismo sindical e o controle constitucional almejado, decorrente da natureza das normas impugnadas, se verifica na presente ação, posto que o dispositivo crivado de inconstitucionalidade impacta fortemente os profissionais liberais, universo laboral encartado no poder-dever de representação da Autora (CLT, arts. 511, § 3º, 513, "a", 535, § 3º, todos da CLT) .

Ao dispor sobre a redução de jornada de trabalho, com a consequente redução dos salários, claro está que a regra atinge, em cheio, também o patrimônio jurídico dos profissionais liberais, que exercem suas atividades remuneradas na qualidade de empregados com vínculo de trabalho celetista, e profissionalmente representados pela Autora.

Este Excelso Supremo Tribunal Federal, em mais de um precedente, já reconheceu a legitimidade da Autora



Garrido de Paula

ADVOCACIA

para a propositura de ação direta, portadora de requisito de pertinência temática, quando em defesa de profissionais liberais, como se vê de acórdão cuja ementa foi a seguinte:

"EMENTA: I. Ação direta de inconstitucionalidade: objeto Tem-se objeto idôneo à ação direta de inconstitucionalidade quando o decreto impugnado não é de caráter regulamentar de lei, mas constitui ato normativo que pretende derivar o seu conteúdo diretamente da Constituição. II. Ação direta de inconstitucionalidade: legitimação das entidades nacionais de classe que não depende de autorização específica dos seus filiados. III. Ação direta de inconstitucionalidade: **pertinência temática. 1. A pertinência temática, requisito implícito da legitimação das entidades de classe para a ação direta de inconstitucionalidade, não depende de que a categoria respectiva seja o único segmento social compreendido no âmbito normativo do diploma impugnado. 2. Há pertinência temática entre a finalidade institucional da Confederação Nacional das Profissões Liberais - que passou a abranger a defesa dos profissionais liberais ainda que empregados** -, e a lei questionada, que fixa limite à remuneração dos servidores públicos. IV. Servidor público: teto de remuneração (CF, art. 37, XI): auto-aplicabilidade. Dada a eficácia plena e a aplicabilidade imediata, inclusive aos entes empresariais da administração indireta, do art. 37, XI, da Constituição, e do art. 17 do ADCT, a sua implementação - não dependendo de complementação normativa - não parece constituir matéria de reserva à lei formal e, no âmbito do Executivo, à primeira vista, podia ser determinada por decreto, que encontra no poder



Garrido de Paula

ADVOCACIA

hierárquico do Governador a sua fonte de legitimação." (ADI 1590 MC/SP – SÃO PAULO – MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Relator: Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - Julgamento: 19/06/1997 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação DJ 15-08-1997 PP-37034 - EMENT VOL-01878-01 PP-00092). GRIFO NOSSO.

Face ao teor das arguições feitas nos incisos seguintes verifica-se que, *"in casu"*, o tema trazido ao crivo dessa Excelsa Corte Suprema se insere perfeitamente no campo de *"legitimatío ativa ad causam"* acima mencionado.

IV - DO MÉRITO.

1. Mérito. Inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Medida Provisória nº 680/2005, que institui o Programa de Proteção ao Emprego e dá outras providências, e que, no ponto, veio com a seguinte redação, *"litteris"*:

“Art. 3º - As empresas que aderirem ao PPE poderão reduzir, temporariamente, em até trinta por cento, a jornada de trabalho de seus empregados, com a redução proporcional do salário.

§ 1º - A redução que trata o caput está condicionada à celebração de acordo coletivo de trabalho específico com o sindicato de trabalhadores representativo da



categoria da atividade econômica preponderante, conforme disposto em ato do Poder Executivo. (grifo nosso).

Como se verifica, a redução da jornada laboral, acompanhada da redução de salários, foi condicionada à oitiva dos Sindicatos profissionais. Porém, não de todos os sindicatos profissionais. Apenas daqueles correspondentes à categoria chamada de "preponderante" na empresa e que a lei fala em correspondente à categoria econômica principal.

O sistema sindical, porém, é mais complexo e envolve, além das categorias preponderantes, as denominadas categorias profissionais *diferenciadas*, entre as quais, nos processos coletivos perante a Justiça do Trabalho (*dissídios coletivos, em princípio*), necessariamente precedidos de negociações coletivas de trabalho, figuram os *profissionais liberais assalariados*, representados pela autora, por força do art. 1º, da lei nº 7.316, de 28 de maio de 1985, que dispõe, "*in verbis*":

"Nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho, as entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais terão o mesmo poder de representação dos trabalhadores-empregados atribuído, pela legislação em vigor, aos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas."



Garrido de Paula

ADVOCACIA

Nosso sistema de representação profissional está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho e se caracteriza pela seguinte legislação de regência, *litteris*:

"Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

§ 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

§ 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

§ 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto



Garrido de Paula
ADVOCACIA

profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares (grifo nosso)

(...)"

"Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos :

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos á atividade ou profissão exercida;

b) celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

(...)" grifos nossos;



Garrido de Paula
ADVOCACIA

"Art. 535 - As Confederações organizar-se-ão com o mínimo de 3 (três) federações e terão sede na Capital da República.

(...)

§ 3º - Denominar-se-á Confederação Nacional das Profissões Liberais a reunião das respectivas federações."

Com a devida vênia, ou se ouve a *totalidade do sistema de representação laboral*, ou não se houve ninguém, o que seria inconstitucional. O art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal, permite a redução dos salários dos trabalhadores, com apoio em convenção ou acordo coletivo de trabalho. *"In casu"*, o dispositivo combatido remete o assunto aos acordos coletivos de trabalho, celebrados entre sindicatos e empresas, concretamente consideradas.

A inconstitucionalidade é manifesta, porquanto não são apenas os sindicatos profissionais "preponderantes" que celebram acordo com as empresas; também o fazem as categorias profissionais diferenciadas, entre elas os profissionais liberais empregados. E as categorias diferenciadas formam um sem-número de categorias, todo esse complexo a integrar nosso sistema confederativo de representação sindical. Por exemplo, numa indústria metalúrgica, "preponderante" são os metalúrgicos, porém os motoristas, telefonistas, engenheiros, etc.,



Garrido de Paula

ADVOGACIA

fazem parte das categorias "diferenciadas". Consequentemente, o preceito guerreado não poderia trespassar a representação sindical de todas essas entidades ao sindicato "preponderante", como se fora categoria profissional una, heresia no modelo sindical adotado pelo legislador brasileiro.

O dispositivo atacado em espécie fere de morte o direito de representação das categorias profissionais diferenciadas. As jornadas e os salários poderão ser reduzidos sem que recebam nenhuma consideração.

V - LIMINAR.

A concessão de liminar, para que se suspenda, de imediato, a vigência do preceito, é de rigor. Implica a norma numa incerteza jurídica montanhosa, quer para os empregados, quer para os empregadores. Basta supor que, não sendo o acordo subscrito pelo sindicato que, legitimamente os representam numa metalúrgica, os integrantes das categorias diferenciadas tenham seus salários reduzidos, porém sem a correspondente redução da jornada laboral. O contencioso consequente nos parece óbvio e deverá tramitar por longos anos. Se improcedente a ação salarial, o princípio da irredutibilidade remuneratória, igualmente consagrado no art. 7º, de nosso texto constitucional, será completamente malbaratado. Se procedente, os empregados acumularão vastos ativos, obviamente não automáticos, porém sujeitos a longos conflitos qualificados por pretensão resistida;



Garrido de Paula

ADVOCACIA

e, ao fim e ao cabo, formar-se-á expressivo passivo nominal, a que o empregador dificilmente poderá fazer frente, pois do contrário não recorreria a esse expediente excepcional de crise econômica. O resultado será a quebra, sem vantagens a quem quer que seja, precisamente o mal que a lei indigitada procurou evitar. O corpo da lei contém um vírus que a compromete fundamente e importa em sério risco. Aí reside o "*periculum in mora*".

No tocante ao "*fumus boni juris*", o complexo normativo citado oferece base sólida para o atendimento do pedido, é dizer, suspensão incontinenti do preceito arrostado, ato que se insere excepcionalmente no universo de competência de V. Exa. durante o período de recesso da Corte, para posterior ratificação pelo Excelso Plenário, o que certamente ocorrerá, dada a manifesta evidência do desacerto da regra trazida ao crivo judiciário.

Frise-se, ainda que o Executivo Federal já regulamentou a Medida Provisória ora impugnada, por meio da edição do Decreto nº 8.479, de 06 de julho de 2015, igualmente publicado em 07 de julho de 2015 (inteiro teor em anexo), e corroborou o disposto no preceito impugnado, de modo que a lei em questão já produz plenos e concretos efeitos no campo das relações trabalhistas. Trata-se, portanto, de um ato de caráter geral e efeitos concretos, não de uma simples lei em tese.



Garrido de Paula

ADVOCACIA

Finalmente, em sentença de mérito da ação direta, pede-se a consolidação da liminar e a declaração de inconstitucionalidade do preceito, por infringência ao disposto no art. 7º, inciso VI, da Carta Republicana, devidamente interpretado pela verificação do que amiúde se verifica no meio sindical, no plano da pluralidade dos acordos coletivos de trabalho em relação a uma dada empresa, "ex tunc", sem qualquer espécie de modulação, que, "in casu", revelar-se-ia iníqua, prevalecendo, no caso de dissenso entre as entidades sindicais, a vontade da maioria e, na hipótese de empate, a vontade da categoria preponderante.

VI - DOS REQUERIMENTOS.

Requer-se, ainda, a regular citação, na forma legal, da Excelentíssima Senhora PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; da UNIÃO FEDERAL, na pessoa de seu ilustre ADVOGADO-GERAL, para prestação das informações de praxe e acompanhamento do presente processo, ouvindo-se o Ilustre PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, até final sentença, que deverá dar pela **procedência** da presente ação direta de inconstitucionalidade, para todos os regulares e devidos efeitos.

Protestos habituais de estilo.

VII - VALOR DA CAUSA.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.000,00
(dez mil reais).

Termos em que,
Pede Deferimento.

De São Paulo para
Brasília, 14 de julho de 2015.

Amadeu Roberto Garrido de Paula
OAB/SP 40.152

Emerson D. E. Xavier dos santos
OAB/SP 138.648